MEMORANDO Nº. 114/2026 - S.M.A.- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Marquinho/PR, 08 de outubro de 2026.

Assunto: Pedido de Autorização para Realização de Dispensa de Licitação;
De: Secretaria Municipal de Administração;
Para: Exmo. Senhor Prefeito Municipal; Departamento de Compras e Licitações.

PROTOCOLO Nº 079 / 2026.
DATA: 08 / 10 / 2026.

Venho por meio deste, solicitar realização de Dispensa de Licitação, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, visando a **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO A REMOÇÃO MANUAL DE TELHAS ANTIGAS DE FIBROCIMENTO (5.376 M²) E O FORNECIMENTO INTEGRAL COM INSTALAÇÃO DE NOVAS TELHAS METÁLICAS TERMOACÚSTICAS (30 MM) (5.376 M²), DANIFICADAS EM DECORRÊNCIA DA TEMPESTADE DE GRANIZO OCORRIDA EM 30 DE JUNHO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA TRANSFERÊNCIA REALIZADA PELA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 2.923, DE 5 DE SETEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO PROCESSO SEI Nº 59052.039680/2026-36,** destacando que foi realizado o devido planejamento, compatibilizado com a as leis orçamentárias, destacando o cumprimento do art. 72 da nova lei de licitações:

I – Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência: Foi elaborado o Estudo Técnico Preliminar (ETP anexo) e o Termo de Referência contendo a caracterização completa da necessidade emergencial, especificação técnica do objeto, matriz de riscos e critérios de execução;

II – Estimativa de Despesa e Pesquisa de Mercado: A estimativa orçamentária e a justificativa de preços foram apuradas mediante ampla Pesquisa de Mercado (Memorando nº 068/2026), elaborada pelo Setor de Compras com apoio técnico do Departamento de Engenharia, utilizando como referências a tabela SINAPI e cotações de fornecedores regionais;

III – Pareceres Técnicos: Encontram-se acostados ao processo os pareceres técnicos do Departamento de Engenharia comprovando a extensão dos danos e a emergência do atendimento;

IV – Compatibilidade Orçamentária: A demonstração da existência de recursos orçamentários foi devidamente atestada pelo Departamento de Contabilidade, com amparo nos recursos federais descentralizados pelo MIDR (Portaria nº 2.923/2026) e dotação do orçamento municipal;

V – Habilitação e Qualificação das Empresas: As empresas selecionadas comprovaram o preenchimento de todos os requisitos de regularidade fiscal, trabalhista, qualificação jurídica e qualificação técnico-profissional exigidos;

VI – Razão da Escolha dos Contratados: Conforme apurado na pesquisa de mercado por menor preço em cada uma das 07 (sete) METAS, a escolha fundamenta-se nas propostas mais vantajosas apresentadas pelas empresas TRIGEF CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA (CNPJ 04.879.603/0001-66) para as Metas 001, 002, 003, 004, 006 e 007, e NCHR CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 55.696.530/0001-08) para a Meta 005;

VII – Justificativa do Preço Global: O valor total ajustado para a contratação das 07 Metas perfaz o montante de R$ 1.494.645,60 (um milhão, quatrocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos), correspondente ao menor preço global composto pelos menores valores obtidos por Meta;

VIII – Autorização e Parecer Jurídico: O presente processo segue submetido à análise da Procuradoria Jurídica Municipal para emissão de parecer e posterior autorização formal da Autoridade Competente.

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA:

A presente dispensa de licitação fundamenta-se estritamente no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista a caracterização de situação de emergência decorrente do desastre natural (tempestade de granizo) ocorrido em 30 de junho de 2026 no Município de Marquinho/PR.

A destruição total ou parcial da cobertura de 07 (sete) edificações públicas essenciais expõe as instalações físicas, equipamentos, documentos e mobiliários à infiltração de água e à ação de novas intempéries, gerando risco iminente à segurança de servidores e munícipes, além da paralisação ou prejuízo severo à prestação de serviços públicos. O tempo exigido para a realização de um certame licitatório ordinário agravaria de forma irreparável os danos ao patrimônio público, justificando a contratação direta para atendimento imediato do quantitativo estritamente necessário à estanqueidade dos prédios.

Assim, segue anexa a documentação a cima referida.

SÉRGIO LUIZ DAL PAI
Secretário Municipal de Administração

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Este ETP visa evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO[1]

A contratação é necessária para restabelecer as condições de segurança, estanqueidade e utilização das edificações públicas municipais que tiveram suas coberturas danificadas pela tempestade de granizo ocorrida em 30 de junho de 2026. O evento climático foi objeto de declaração municipal de situação de emergência e de reconhecimento pelas demais esferas competentes. Os danos atingiram sete edificações, totalizando 5.376 m² de cobertura, e a manutenção das telhas avariadas deixa os imóveis expostos à chuva, vento e infiltrações, podendo agravar danos estruturais e em equipamentos, interferir no funcionamento dos serviços públicos e representar risco aos servidores, usuários e demais pessoas que frequentam esses locais. A intervenção, portanto, é necessária e urgente para remover as coberturas comprometidas e instalar nova solução de cobertura capaz de restabelecer a proteção e a funcionalidade dos prédios.

2. DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL[2]

A necessidade da contratação decorre de evento climático superveniente e imprevisível ocorrido em 30 de junho de 2026, que ocasionou danos às coberturas de edificações públicas municipais. Embora a origem da demanda não fosse previsível no momento do planejamento inicial, após a identificação formal da necessidade e a adoção das providências administrativas decorrentes da situação de emergência, a contratação passou a constar do Plano de Contratações Anual – PCA de 2026, em consonância com o item 2.2 do Termo de Referência. Assim, a imprevisibilidade refere-se ao evento que deu causa à necessidade, não impedindo sua posterior incorporação ao planejamento anual da Administração.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO[3]

As empresas contratadas deverão possuir ramo de atividade compatível com o objeto e comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, bem como qualificação técnica compatível com a execução dos serviços de cobertura. Deverão disponibilizar profissionais legalmente habilitados quando exigidos pela natureza dos serviços, apresentar as respectivas anotações ou registros de responsabilidade técnica aplicáveis e observar integralmente as normas de segurança do trabalho, especialmente aquelas relacionadas ao trabalho em altura e às atividades de construção.

Os materiais e serviços deverão atender integralmente às especificações, quantitativos, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas pelo Departamento de Engenharia e pelo Termo de Referência. A execução compreende, conforme cada meta, a remoção manual das telhas de fibrocimento existentes, sem reaproveitamento, o fornecimento e a instalação de telhas metálicas termoacústicas com espessura de 30 mm, o içamento dos materiais e, nos locais previstos, a revisão de calhas e rufos. Cada contratada deverá manter as áreas de trabalho devidamente protegidas e sinalizadas, adotar medidas de prevenção de acidentes, preservar os usuários e servidores das edificações e providenciar o acondicionamento, transporte e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

Aplicam-se, ainda, todos os requisitos técnicos e operacionais previstos no Termo de Referência, especialmente quanto à responsabilidade técnica, materiais empregados, segurança na execução, proteção

[1] I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
[2] II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
[3] III - requisitos da contratação;

das edificações, destinação dos resíduos, fiscalização e condições de recebimento. Previamente à contratação, a Administração deverá verificar a inexistência de impedimentos e confirmar o atendimento às exigências de habilitação e qualificação constantes dos autos.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (OBJETO COM QUANTITATIVOS)[4]

Os quantitativos foram definidos a partir do levantamento técnico das áreas efetivamente atingidas pela tempestade de granizo, realizado pelo Departamento de Engenharia, acompanhado das respectivas memórias de cálculo, medições e demais documentos técnicos integrantes do processo. O levantamento identificou sete metas correspondentes às edificações atingidas, totalizando 5.376 m² de cobertura a serem removidos e igual área de novas telhas metálicas termoacústicas a serem instaladas, conforme discriminação constante do quadro abaixo.

META 001 – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL:			
ITEM	**QTDE**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**
001	432,00	M²	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.
002	432,00	M²	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA, ESPESSURA 30MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO E REVISÃO DE CALHAS E RUFOS.

META 002 – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DA CLÍNICA DE SAÚDE DA MULHER:			
ITEM	**QTDE**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**
001	250,00	M²	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.
002	250,00	M²	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA, ESPESSURA 30MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO E REVISÃO DE CALHAS E RUFOS.

META 003 – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DA ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA:			
ITEM	**QTDE**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**
001	2.140,00	M²	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.

[4] IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

002	2.140,00	M²	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA, ESPESSURA 30MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.

META 004 – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DA APAE DE MARQUINHO (ESCOLA MARINALVA CARNIEL BARBOSA):			
ITEM	**QTDE**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**
001	396,00	M²	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.
002	396,00	M²	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA, ESPESSURA 30MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO E REVISÃO DE CALHAS E RUFOS.

META 005 – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE MARQUINHO:			
ITEM	**QTDE**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**
001	140,00	M²	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.
002	140,00	M²	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA, ESPESSURA 30MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO E REVISÃO DE CALHAS E RUFOS.

META 006 – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO:			
ITEM	**QTDE**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**
001	618,00	M²	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.
002	618,00	M²	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA, ESPESSURA 30MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.

META 007 – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO CENTRO MUNICIPAL DE EVENTOS:			
ITEM	**QTDE**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**
001	1.400,00	M²	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.

002	1.400,00	M²	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA, ESPESSURA 30MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.

5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO[5]

Foram analisadas as alternativas tecnicamente possíveis para recomposição das coberturas atingidas. Medidas provisórias ou reparos pontuais não solucionam de forma adequada os danos verificados nem oferecem a segurança e a durabilidade necessárias para a continuidade da utilização das edificações. A solução tecnicamente indicada consiste na remoção das telhas de fibrocimento comprometidas e na instalação de novas telhas metálicas termoacústicas de 30 mm, conforme os quantitativos e especificações definidos pela Engenharia. Para aferição dos preços praticados, foram obtidas propostas de fornecedores e analisados os custos constantes do SINAPI. Também foram pesquisadas contratações públicas semelhantes; contudo, as diferenças de área, composição dos serviços e especificações técnicas não permitiram sua utilização direta para definição do preço. O levantamento demonstra disponibilidade de empresas capazes de executar o objeto e confirma que a solução adotada é adequada ao atendimento da necessidade emergencial.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO[6]

A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, constam do memorando anexo, elaborado pelo responsável pela ampla pesquisa de mercado, designado pela Portaria Municipal nº 035/2025.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (INCLUSIVE EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO)[7]

A solução consiste na contratação emergencial, por metas, de empresa especializada para a execução dos serviços de substituição das coberturas danificadas nas sete edificações públicas abrangidas, totalizando 5.376 m². A empresa será responsável pelas metas e edificações que lhe forem atribuídas no respectivo instrumento de contratação, compreendendo a remoção manual das telhas antigas de fibrocimento, sem reaproveitamento, a proteção dos locais durante a intervenção, o fornecimento e a instalação de telhas metálicas termoacústicas com espessura de 30 mm, o içamento dos materiais e a revisão de calhas e rufos nos pontos em que essa atividade estiver prevista. A execução poderá ocorrer de forma simultânea em frentes distintas, reduzindo o tempo de exposição das edificações aos efeitos das intempéries e favorecendo o restabelecimento célere das condições de segurança e funcionamento.

Não se caracteriza assistência técnica continuada após a conclusão dos serviços, sem prejuízo da responsabilidade individual de cada contratada pela qualidade dos serviços executados nas metas sob sua responsabilidade, pela correção de eventuais vícios e pelo cumprimento das garantias legais e contratuais aplicáveis.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO[8]

O parcelamento por metas mostra-se técnica e operacionalmente viável, uma vez que as sete metas correspondem a edificações distintas, possuem quantitativos próprios e podem ser executadas de forma

[5] V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
[6] VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
[7] VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
[8] VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

independente, sem prejuízo da padronização da solução construtiva definida pelo Departamento de Engenharia.

Considerando a situação emergencial, a divisão permite a execução concomitante dos serviços por duas empresas, contribuindo para a redução do prazo necessário à recuperação das coberturas e para a diminuição do período de exposição dos imóveis aos riscos decorrentes de novas intempéries.

Cada contratada responderá integralmente pelas metas e edificações que lhe forem atribuídas, inclusive quanto à responsabilidade técnica, mobilização de mão de obra e equipamentos, fornecimento e qualidade dos materiais, segurança da execução, proteção dos locais, destinação dos resíduos, correção de falhas e cumprimento dos prazos.

As medições, o acompanhamento físico e os pagamentos serão realizados de forma individualizada em relação às metas atribuídas a cada empresa, permitindo a identificação objetiva das responsabilidades de cada contratada.

8.1. – JUSTIFICATIVA DO REGIME DE EXECUÇÃO – EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Adota-se o regime de empreitada por preço global para cada conjunto de metas atribuído a cada empresa, considerando que os serviços, áreas, quantitativos e especificações técnicas foram previamente definidos pelo Departamento de Engenharia e estão acompanhados das respectivas memórias de cálculo, planilhas e demais documentos técnicos.

Nesse regime, cada contratada assumirá a responsabilidade pela execução integral das metas que lhe forem atribuídas pelo valor global correspondente. As medições terão por finalidade verificar o efetivo avanço físico e a execução dos serviços previstos em cada meta, de acordo com as planilhas, cronogramas e critérios de recebimento estabelecidos no Termo de Referência, servindo de base para os pagamentos correspondentes.

A adoção da empreitada por preço global proporciona definição clara do objeto e das responsabilidades de cada contratada, facilita o acompanhamento e a fiscalização da execução e mostra-se compatível com a existência de quantitativos previamente levantados e definidos tecnicamente pelo Departamento de Engenharia.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS)[9]

Pretende-se restabelecer a segurança, a estanqueidade e a plena utilização das edificações públicas atingidas, impedindo que novas chuvas ou outros eventos climáticos agravem os danos já existentes. A substituição das coberturas permitirá preservar estruturas, instalações, equipamentos e demais bens públicos, além de reduzir interrupções e restrições no atendimento à população.

Os recursos humanos: a solução possibilitará que servidores e equipes que atuam nos prédios atingidos mantenham ou retomem suas atividades em condições adequadas, enquanto a fiscalização e o acompanhamento da execução serão realizados pelos agentes designados e pelo Departamento de Engenharia.

[9] IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Quanto aos materiais: busca-se aplicar solução de cobertura durável e adequada às edificações, com telhas metálicas termoacústicas de 30 mm, reduzindo a exposição dos imóveis às intempéries e a necessidade de intervenções provisórias repetidas.

Quanto aos recursos financeiros: a execução imediata evita o agravamento dos danos e despesas futuras de maior vulto, ao mesmo tempo em que permite a aplicação dos recursos transferidos pela União na finalidade específica de recuperação dos danos decorrentes do desastre.

Os resultados pretendidos estão diretamente relacionados à preservação do patrimônio público, à continuidade dos serviços prestados nas edificações e à proteção da integridade dos usuários e servidores.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS)[10]

Antes do início dos serviços, a Administração deverá designar formalmente os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, disponibilizar à contratada os documentos técnicos necessários, definir a ordem e a liberação das frentes de trabalho e compatibilizar a execução com o funcionamento das edificações. O Departamento de Engenharia deverá acompanhar os serviços, conferir medições, materiais e conformidade com as especificações, bem como verificar a apresentação das responsabilidades técnicas aplicáveis e o cumprimento das normas de segurança. Não se identifica necessidade de capacitação específica adicional dos servidores, desde que a fiscalização técnica seja exercida por profissional habilitado.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES[11]

Não há, no momento, contratações correlatas e/ou interdependentes, visto que se trata de objeto comum que pode ser entregue de forma independente.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS[12]

A execução poderá gerar resíduos de construção, especialmente telhas de fibrocimento removidas, embalagens, recortes metálicos e outros materiais, além de poeira e ruído durante as intervenções. A contratada deverá realizar a segregação, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos, observando a legislação aplicável e as orientações dos órgãos competentes; caso seja constatada a presença de material que exija manejo específico, deverão ser adotados os procedimentos de segurança e destinação correspondentes. Também deverão ser evitados desperdícios de materiais, mantidos os locais de trabalho limpos e protegidos e priorizado, quando tecnicamente possível, o encaminhamento de resíduos recicláveis para reaproveitamento ou reciclagem.

Além dos critérios de sustentabilidade previstos nas especificações e na execução dos serviços, deverão ser observadas, quando aplicáveis, as orientações da Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.[13]

[10] X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
[11] XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
[12] XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
[13] XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações constantes deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é adequada, necessária e tecnicamente viável para atender à situação de emergência decorrente da tempestade de granizo de 30 de junho de 2026. A substituição das coberturas das sete edificações atingidas constitui solução apta a reduzir os riscos de agravamento dos danos, preservar o patrimônio público, garantir condições de segurança e favorecer a continuidade dos serviços públicos. Considerando a urgência demonstrada nos documentos técnicos e administrativos do processo, a contratação direta encontra enquadramento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, limitada às parcelas de serviços necessárias ao atendimento da situação emergencial e às condições legalmente estabelecidas.

14. DO REGISTRO DE PREÇOS.

Não se aplica, considerando que se trata de contratação emergencial para execução definida e determinada dos serviços descritos neste ETP.

15. REGIONALIZAÇÃO CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.006/2025.

Considerando a natureza emergencial da contratação direta, não se mostra adequada a imposição de restrição territorial quando capaz de limitar ou retardar o atendimento imediato da necessidade. A escolha das contratadas deverá considerar a aptidão técnica, a capacidade operacional para início célere dos serviços, o atendimento aos requisitos de habilitação e a compatibilidade dos preços demonstrada na pesquisa de mercado.

A imposição de limitação territorial que dificulte o início dos serviços poderá retardar a recomposição das coberturas e prolongar a exposição das edificações, dos bens públicos, dos servidores e dos usuários aos riscos já identificados. Assim, justifica-se, excepcionalmente, a não imposição de restrição territorial nesta contratação, preservando-se a celeridade necessária ao atendimento da situação emergencial, a adequação técnica das empresas contratadas e a vantajosidade demonstrada nos autos.

Marquinho/PR, 08 de outubro de 2026.

SÉRGIO LUIZ DAL PAI
Secretário Municipal de Administração

PARECER TÉCNICO DE ENGENHARIA

Assunto: Contratação emergencial de Empresa para substituição de coberturas de edificações públicas municipais.

O Departamento de Engenharia do Município de Marquinho, vem por meio deste, apresentar Parecer referente ao assunto supracitado, quanto ao objeto em si e sua necessidade e urgência. Informamos que há justificativa técnica para a execução célere das intervenções de restabelecimento, restritas aos itens aprovados, tendo em vista o seguinte:

Dos fatos

Em 30 de junho de 2026, ocorreu precipitação intensa de granizo acompanhada de vendaval no Município de Marquinho/PR. O Decreto Municipal nº 73, de 2 de julho de 2026, declarou Situação de Emergência nas áreas descritas no FIDE, classificando o evento como Tempestade Local/Convectiva - Granizo (13213). O decreto relata destruição de coberturas e danos à infraestrutura local e mobiliza os órgãos municipais para resposta, reabilitação e reconstrução.

O orçamento aprovado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional contempla sete metas. A análise de metas do SINPDEC registra os imóveis, as áreas de telhamento, o período de 60 dias por meta e o total solicitado e sugerido de R$ 1.506.301,44, conforme orçamento e análise de metas em anexo. A Portaria federal nº 2.923, de 5 de setembro de 2026, publicada no DOU em 9 de setembro de 2026, autoriza o empenho e a transferência desse montante para ações de resposta previstas no protocolo S2iD, processo SEI nº 59052.039680/2026-36.

Necessidade, urgência e solução

A exposição de edificações em uso às chuvas, após os dados causados pela tempestade de granizo, pode comprometer a estanqueidade, agravar perdas em seus componentes e bens internos e prejudicar atividades administrativas, escolares, de saúde e de atendimento ao público. Por isso, a intervenção nas coberturas possui caráter urgente. Conforme relatório fotográfico em anexo.

Considerações finais

Portanto, emitimos parecer FAVORÁVEL a contratação emergencial dos serviços de remoção e substituição dos telhados das sete edificações discriminadas, conforme plano de trabalho aprovado, com finalidade de restabelecimento urgente aos danos do evento de 30/06/2026. A contratação pode ser realizada por meio de Dispensa de Licitação, conforme previsto no artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, que permite à Administração Pública realizar contratação direta, desde que haja urgência comprovada para atendimento de situação que possa gerar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços e bens públicos ou particulares. No entanto, mantém-se a necessidade de pesquisa de preços de mercado, tendo como teto a planilha orçamentária de referência.

Atesto ainda que o objeto se trata de um serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º XXI, alínea "a" da Lei 14.133/2021, que envolvem métodos e técnicas objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

É o Parecer,

Marquinho/PR, 28 de setembro de 2026.

CHARLES ALEXANDRE BATISTA
Engenheiro Civil - CREA/PR 135.938/D

META 1: SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL						
ORÇAMENTO DE INSUMOS					DATA BASE: SINAPI 07/2026	BDI: 22,23%
SINAPI	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL
97647	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento	m2	432	R$ 5,21	R$ 6,37	R$ 2.751,84
94216	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento e revisão de calhas e rufos	m2	432	R$ 224,02	R$ 273,82	R$ 118.290,24
TOTAL:						**R$ 121.042,08**

META 2: SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DA CLÍNICA DE SAÚDE DA MULHER						
ORÇAMENTO DE INSUMOS					DATA BASE: SINAPI 07/2026	BDI: 22,23%
SINAPI	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL
97647	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento	m2	250	R$ 5,21	R$ 6,37	R$ 1.592,50
94216	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento e revisão de calhas e rufos	m2	250	R$ 224,02	R$ 273,82	R$ 68.455,00
TOTAL:						**R$ 70.047,50**

META 3: SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DA ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA						
ORÇAMENTO DE INSUMOS					DATA BASE: SINAPI 07/2026	BDI: 22,23%
SINAPI	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL
97647	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento	m2	2140	R$ 5,21	R$ 6,37	R$ 13.631,80
94216	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento	m2	2140	R$ 224,02	R$ 273,82	R$ 585.974,8[illegible]

012

TOTAL:	R$ 599.606,60

META 4: SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DA APAE DE MARQUINHO (ESCOLA MARINALVA CARNIEL BARBOSA)						
ORÇAMENTO DE INSUMOS					DATA BASE: SINAPI 07/2026	BDI: 22,23%
SINAPI	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL
97647	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento	m2	396	R$ 5,21	R$ 6,37	R$ 2.522,52
94216	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento e revisão de calhas e rufos	m2	396	R$ 224,02	R$ 273,82	R$ 108.432,72
TOTAL:						**R$ 110.955,24**

META 5: SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE MARQUINHO						
ORÇAMENTO DE INSUMOS					DATA BASE: SINAPI 07/2026	BDI: 22,23%
SINAPI	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL
97647	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento	m2	140	R$ 5,21	R$ 6,37	R$ 891,80
94216	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento e revisão de calhas e rufos	m2	140	R$ 224,02	R$ 273,82	R$ 38.334,80
TOTAL:						**R$ 39.226,60**

META 6: SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO						
ORÇAMENTO DE INSUMOS					DATA BASE: SINAPI 07/2026	BDI: 22,23%
SINAPI	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL
97647	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento	m2	618	R$ 5,21	R$ 6,37	R$ 3.936,66

94216	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento	m2	618	R$ 224,02	R$ 273,82	R$ 169.220,76
TOTAL:						**R$ 173.157,42**

META 7: SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO CENTRO MUNICIPAL DE EVENTOS						
ORÇAMENTO DE INSUMOS					DATA BASE: SINAPI 07/2026	BDI: 22,23%
SINAPI	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL
97647	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento	m2	1400	R$ 5,21	R$ 6,37	R$ 8.918,00
94216	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento	m2	1400	R$ 224,02	R$ 273,82	R$ 383.348,00
TOTAL:						**R$ 392.266,00**

SOMA TOTAL DAS METAS:	**R$ 1.506.301,44**

Marquinho/PR, 31 de agosto de 2026.

CHARLES ALEXANDRE BATISTA
Engenheiro Civil CREA PR 135.938/D

Doc 710014

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
17202648389008 9000015

1. Responsável Técnico

CHARLES ALEXANDRE BATISTA

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1712743732**

Carteira: **PR-135938/D**

2. Dados do Contrato

Contratante: **MUNICÍPIO DE MARQUINHO**

CNPJ: **01.612.552/0001-13**

RUA 7 DE SETEMBRO, S/N
PAÇO MUNICIPAL CENTRO - MARQUINHO/PR 85168-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 10/08/2026

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Ação Institucional: Órgão Público (Servidor/Empregado)

3. Dados da Obra/Serviço

RUA 7 DE SETEMBRO, S/N
PAÇO MUNICIPAL CENTRO - MARQUINHO/PR 85168-000

Data de Início: 10/08/2026 **Previsão de término:** 15/08/2026 **Coordenadas Geográficas:** -25,115206 x -52,255378

Proprietário: MUNICÍPIO DE MARQUINHO

CNPJ: **01.612.552/0001-13**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
[Elaboração de orçamento, Especificação] *de reforma de edificação de alvenaria*	13428,00	M2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Reparos em edificações atingidas por tempestade de granizo

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações registradas nesta Anotação de Responsabilidade Técnica.

Documento assinado eletronicamente por CHARLES ALEXANDRE BATISTA, registro Crea-PR PR-135938/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 10/08/2026 e hora 16h52.

MUNICÍPIO DE MARQUINHO - CNPJ: 01.612.552/0001-13

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 108,39 **Registrada em : 11/08/2026** **Valor Pago: R$ 108,39**

Prefeitura do Município de Marquinho

DECRETO Nº 73/2026 de 2 de Julho de 2026.

Declara ***Situação de Emergência*** nas áreas do município afetadas por Tempestade Local /Convectiva - Granizo (13213).

O(A) Senhor(a) **Elio Bolzon Junior**, Prefeito(a) do município de **Marquinho**, localizado no estado de(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO:

- Que ocorreu no dia 30/06/2026, às 14h00, uma forte precipitação de granizo acompanhada de vendaval, com duração de 20 minutos e ocorrência de pedras de granizo, o município foi atingido pelo evento, que, em decorrência do impacto mecânico do granizo e da força dos ventos, provocou a destruição das coberturas de 300 residências e danos às infraestruturas locais. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;
- Como conseqüência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;
- Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Tempestade Local/Convectiva - Granizo (13213)**.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:

- Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 2 de Julho de 2026.

Elio Bolzon Junior

ELIO BOLZON JUNIOR

Serpro

Prefeitura do Município de Marquinho

DECRETO Nº 73/2026 de 2 de Julho de 2026.

Declara **Situação de Emergência** nas áreas do município afetadas por Tempestade Local /Convectiva - Granizo (13213).

O(A) Senhor(a) **Elio Bolzon Junior**, Prefeito(a) do município de **Marquinho**, localizado no estado de(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012.

CONSIDERANDO:

- Que ocorreu no dia 30/06/2026, às 14h00, uma forte precipitação de granizo acompanhada de vendaval com duração de 20 minutos e ocorrência de pedras de granizo, o município foi atingido pelo evento, que, em decorrência do impacto mecânico do granizo e da força dos ventos, provocou a destruição das coberturas de 700 residências e danos às infraestruturas locais, afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto.
- Como consequência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;
- Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre e favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Tempestade Local/Convectiva - Granizo (13213)**

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:

I - ingressar nos casos, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - ocupar propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desapropriação e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Conforme o inciso VIII do Art. 25 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre e vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 2 de Julho de 2026

Elio Bolzon Junior

MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO
CNPJ: 01.611.489/0001-09
Rua José Pedro Selome, 3516, Centro, CEP: 85.148-000
Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026-PMCS

O Município de Campina do Simão, Estado do Paraná, através de seu Agente de Contratação, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 1.124/2023 e Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar licitação na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA**, sob o regime de **MENOR PREÇO**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE MANTAS MICROFIBRA CASAL E SOLTEIRO**, conforme descrição no Edital de **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026-PMCS** e seus anexos.

INFORMAÇÕES:

- **Início Recebimento de Propostas:** 06 de julho de 2026 às 08h00min
- **Fim Recebimento de Propostas:** 09 de julho de 2026 às 08h:30min
- **Início Disputa de lances:** 09 de julho de 2026, às 09h00min.
- **Encerramento disputa de lances:** 6 (seis) horas após o início da disputa.
- **Local da Sessão Pública:** https://bll.org.br/ Acesso identificado no link – "licitações"

O edital e informações podem ser retirados na Prefeitura Municipal, setor de Licitações, ou acessados no site oficial da Prefeitura: https://www.mprefeituras.com.br/portal/campinadosimao/portal-licitacoes.php?v=1&modulo=40, Site da BLL https://bll.org.br/ e solicitados no e-mail: licitacoes@campinadosimao.pr.gov.br

Campina do Simão - Pr, 03 de julho de 2026.

André Junior de Paula
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO
CNPJ: 01.611.489/0001-09
Rua José Pedro Selome, 3516, Centro, CEP: 85.148-000
Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

O Município de Campina do Simão, Estado do Paraná, através de seu Pregoeiro, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 1.124/2023 e Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob o regime de **MENOR PREÇO**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE ENFERMAGEM, ODONTOLÓGICOS E CIRÚRGICOS**, conforme descrição no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026** e seus anexos.

INFORMAÇÕES:

- Início de Recebimento das propostas: **03 de julho de 2026 as 09h:00min**
- Fim de Recebimento das Propostas: **17 de julho de 2026 as 08h:30min**.
- Data e horário de abertura: **17 de julho de 2026 - às 09hs:00min.**
- Data e horário do início da sessão de disputa: **17 de julho de 2026 - as 09hs:00min.**
- Local/ Endereço de disputa/Plataforma da licitação: https://bll.org.br/

O edital e informações podem ser retirados na Prefeitura Municipal, setor de Licitações, ou acessados no site oficial da Prefeitura: https://www.mprefeituras.com.br/portal/campinadosimao/portal-licitacoes.php?v=1&modulo=40, Site da BLL https://bll.org.br/ e solicitados no e-mail: licitacoes@campinadosimao.pr.gov.br

Campina do Simão - Pr, 02 de julho de 2026.

André Junior de Paula
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.612.552/0001-71
Rua 7 de Setembro, s/n, CEP 85.168-000, Centro, Marquinho - PR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 026/2026, através do Sistema de Registro de Preços

Tipo: Menor Preço

Regime de Compra: Menor Preço, por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Recebimento de propostas: Das 08:00 horas do dia 06 de julho de 2026, até às 09:00 horas do dia 16 de julho de 2026.

Realização da sessão pública: A sessão pública inicia às 09:00 horas no dia 16 de julho de 2026, no site www.licitanet.com.br

Local de Abertura/realização da sessão pública: www.licitanet.com.br

Edital: O Edital estará disponível aos interessados na Prefeitura Municipal de Marquinho, situada à Rua Sete de Setembro, s/nº, centro, em Marquinho, Estado do Paraná, durante o horário normal de expediente, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: http://www.marquinho.pr.gov.br/portal-licitacoes.php, consulta de licitações, escolher o edital e download, e no site www.licitanet.com.br

Dúvidas: Por e-mail: marquinho.licitacao@gmail.com ou pelo Fone: (42) 3050-1102, no horário normal de expediente.

Publicam-se. Marquinho PR, em 03 de julho de 2026.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.612.552/0001-71
Rua 7 de Setembro, s/n, CEP 85.168-000, Centro, Marquinho - PR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 027/2026, através do Sistema de Registro de Preços

Tipo: Menor Preço

Regime de Compra: Menor Preço, por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS VETERINÁRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Recebimento de propostas: Das 08:00 horas do dia 06 de julho de 2026, até às 09:00 horas do dia 17 de julho de 2026

Realização da sessão pública: A sessão pública inicia às 09:00 horas no dia 17 de julho de 2026, no site www.licitanet.com.br

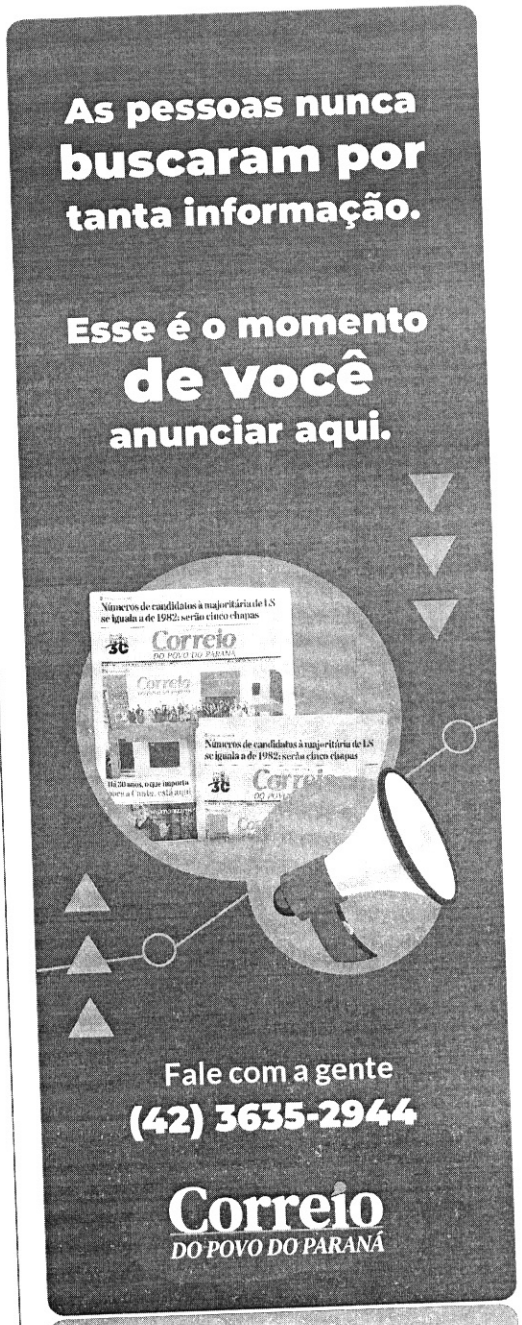
Local de Abertura/realização da sessão pública: www.licitanet.com.br

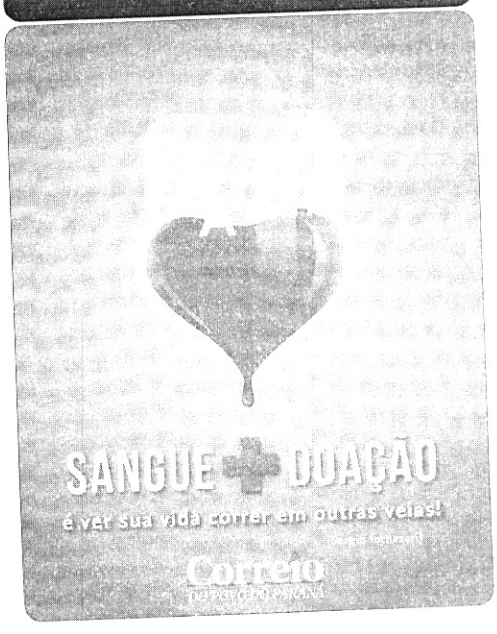
Edital: O Edital estará disponível aos interessados na Prefeitura Municipal de Marquinho, situada à Rua Sete de Setembro, s/nº, centro, em Marquinho, Estado do Paraná, durante o horário normal de expediente, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou através do site: http://www.marquinho.pr.gov.br/portal-licitacoes.php, consulta de licitações, escolher o edital e download, e no site www.licitanet.com.br

Dúvidas: Por e-mail: marquinho.licitacao@gmail.com ou pelo Fone: (42) 3050-1102, no horário normal de expediente

Publicam-se. Marquinho-PR, em 03 de julho de 2026.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal





fls. 15
Mod. 7
INTERESSADO DO ESTADO

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 14.262

Homologa situação de emergência no Município de Marquinho, em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Marquinho, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres – FIDE, consubstanciado no protocolo nº 26.181.529-0,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 73, de 2 de julho de 2026, exarado pelo Prefeito de Marquinho, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente

Assinatura Qualificada realizada por: **Darci Piana** em 03/07/2026 15:53. Inserido ao protocolo **26.181.529-0** por: **Merli Garcia S Scheremeta** em: 03/07/2026 15:39.
Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento com o código: **82136d437512a4a4cd92a6c093ec52af**

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 14.262

citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que foi publicada declaração de anormalidade em âmbito municipal.

Curitiba, em 3 de julho de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

Assinatura Qualificada realizada por: **Darci Piana** em 03/07/2026 15:53. Inserido ao protocolo **26.181.529-0** por: **Merli Garcia S Scheremeta** em: 03/07/2026 15:39. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **82136d437512a4a4cd92a6c093ec52af**

PROTOCOLO

306021
Fls. 16a
Mod. 7
INTEGRADO DO ESTADO

Documento: **14262.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Darci Piana** em 03/07/2026 15:53.

Inserido ao protocolo **26.181.529-0** por: **Merli Garcia S Scheremeta** em: 03/07/2026 15:39.

Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento com o código:

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

Portaria Nº 2248, de 08 de julho de 2026

O **SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL,** no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 2.212, de 04 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de julho de 2023, resolve:

Art. 1º Reconhecer a **situação de emergência** nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PR	Candói	Granizo – 1.3.2.1.3	225/2026	02/07/2026	59051.047607/2026-48
PR	Goioxim	Granizo – 1.3.2.1.3	034	01/07/2026	59051.047586/2026-61
PR	Marquinho	Granizo – 1.3.2.1.3	73/2026	02/07/2026	59051.047606/2026-01
SC	Bom Retiro	Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4	102/2026	02/07/2026	59051.047603/2026-60

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil

Documento assinado eletronicamente por **Wolnei Wolff Barreiros, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil**, em 08/07/2026, às 15:20, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6840952** e o código CRC **1ED73CD3**.

6840952v1

59000.012726/2026-85

305025

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres
Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão Interna
Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Instrumentos
Coordenação de Instrumentos de Repasse

Ofício nº 735/2026/CIR/CGOFI/DPOG/CENAD/SEDEC-MIDR

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito(a) Municipal
Rua Sete de Setembro s/n - Centro
85.168-000 - Marquinho - PR

Assunto: Formalização de adesão ao Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC.

Senhor(a) Prefeito(a),

1. Informa-se que a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) iniciou o processo de adesão ao Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC) para este município.

2. O CPDC é a forma exclusiva de execução dos recursos federais repassados para as ações de resposta, que compreendem socorro, assistência às vítimas e restabelecimento dos serviços essenciais. Portanto, são ações emergenciais e imediatas, durante e após um desastre, para atendimento à população afetada.

3. A conta de relacionamento foi aberta pela Sedec no Banco do Brasil junto à agência de relacionamento dessa prefeitura, conforme a seguir:

CNPJ	01.612.552/0001-13
Agência	0734-X
Conta	65767-0
Centro de Custo	008817931
Nome do Portador	ELIO BOLZON JUNIOR
CPF do Portador	061.537.579-01
Processo S2iD-SEI	59052.039680/2026-36

4. O titular da conta é o(a) representante legal do Município (Prefeito/a), a quem cabe formalização do ato. Para tanto, é necessário apenas que se dirija à agência do Banco do Brasil indicada para o preenchimento e a assinatura dos seguintes formulários e documentos:

a) Contrato do Cartão de Pagamento de Defesa Civil;
b) Proposta de Adesão ao CPDC;

c) Cadastro de Centro de Custos;
d) Cadastro do(s) Portador(es);
e) Inclusão de Representante Autorizado (se for o caso), para cada Centro de Custos; e
f) Cartões de autógrafo para o Representante Legal e Representante(s) Autorizado(s).

5. Caso o(a) representante legal opte por designar os portadores (não há número máximo ou mínimo) para receber os cartões (plásticos) e realizar os pagamentos, este procedimento poderá ser feito no ato da formalização da conta, com a presença dos mesmos para o cadastramento da senha individual. Os portadores deverão ser servidores públicos ou ocupantes do cargo de Secretário estadual/municipal.

6. Para maiores esclarecimentos a Sedec disponibiliza o Manual do CPDC, o qual pode ser acessado em https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/solicitacao-de-recursos-1/ManualdoCPDCAtualizacaomaiode2021.pdf

Respeitosamente,

EWERTHON MARQUES
Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Instrumentos

Adendo: Informações adicionais relativas ao CPDC poderão ser solicitadas à Coordenação de Transferência de Recursos, pelo endereço eletrônico cpdc@mdr.gov.br.

Documento assinado eletronicamente por **Ewerthon Marques, Coordenador(a)-Geral de Orçamento, Finanças e Instrumentos**, em 09/09/2026, às 12:12, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6995948** e o código CRC **E1459689**.

SGAN, Quadra 906, Módulo, F, Bloco A, 1º andar, Sala 107 a 110- Edifício Celso Furtado.
CEP: 70.655-775 - Brasília/DF

59000.000015/2026-68 6995948v1

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL 027

DEFESA CIVIL BRASIL

Análise de Metas - Resposta

DESCRIÇÃO DAS METAS E ITENS

Nº | **Dados da Meta**

Substituição do telhado da Sede da Prefeitura Municipal

Reestabelecimento da cobertura da Sede da Prefeitura Municipal, atingida pelo desastre

Pessoas diretamente beneficiadas	Período de execução (em dias)	Valor total da meta 2
1000	60	R$ 121.042,08

Item	Qtde.	Unid.	Período de execução (em dias)	Valor unitário	Valor total do item
1	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento				Serviço
	432	M2	60	R$ 6,37	R$ 2.751,84
2	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento				Serviço
	432	M2	60	R$ 273,82	R$ 118.290,24

	Sugestão de atendimento	R$ Solicitado	R$ Sugerido
Paulo Roberto Farias Falcão **(Secretário)**	[X] Sim [ ] Não	R$ 121.042,08	R$ 121.042,08

Item	Especificação	R$ Solicitado	R$ Sugerido
1	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento	R$ 2.751,84	R$ 0,00
2	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento	R$ 118.290,24	R$ 0,00

3

Substituição do telhado da Clinica de Saúde da Mulher

Reestabelecimento da cobertura da Sede da Clínica, atingida pelo desastre

Pessoas diretamente beneficiadas	Período de execução (em dias)	Valor total da meta 3
1000	60	R$ 70.047,50

Item	Qtde.	Unid.	Período de execução (em dias)	Valor unitário	Valor total do item
1	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento				Serviço
	250	M2	60	R$ 6,37	R$ 1.592,50
2	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento				Serviço
	250	UN	60	R$ 273,82	R$ 68.455,00

	Sugestão de atendimento	R$ Solicitado	R$ Sugerido
Paulo Roberto Farias Falcão **(Secretário)**	[X] Sim [ ] Não	R$ 70.047,50	R$ 70.047,50

Item	Especificação	R$ Solicitado	R$ Sugerido
1	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento	R$ 1.592,50	R$ 0,00
2	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento	R$ 68.455,00	R$ 0,00

Substituição do telhado da Escola Municipal Rui Barbosa

Reestabelecimento dos danos causados à cobertura e a janelas de vidro da escola

Pessoas diretamente beneficiadas	Período de execução (em dias)	Valor total da meta 4
400	60	R$ 599.606,60

	Paulo Roberto Farias Falcão **(Secretário)**	**Sugestão de atendimento** [X] Sim [ ] Não	**R$ Solicitado** R$ 39.226,60	**R$ Sugerido** 305029 R$ 39.226,60

6	**Item**	**Especificação**	**R$ Solicitado**	**R$ Sugerido**
	1	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento	R$ 891,80	R$ 0,00
	2	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento	R$ 38.334,80	R$ 0,00

Substituição do telhado da Sede do Centro de Convivência do Idoso de Marquinho

Resstabelecimento do telhado danificado pela tempestade de granizo

Pessoas diretamente beneficiadas	Período de execução (em dias)	Valor total da meta 7
300	60	R$ 173.157,42

7	**Item**	**Qtde.**	**Unid.**	**Período de execução (em dias)**	**Valor unitário**	**Valor total do item**
	1	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento				Serviço
		618	M2	60	R$ 6,37	R$ 3.936,66
	2	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento				Serviço
		618	M2	60	R$ 273,82	R$ 169.220,76

Paulo Roberto Farias Falcão **(Secretário)**	**Sugestão de atendimento** [X] Sim [ ] Não	**R$ Solicitado** R$ 173.157,42	**R$ Sugerido** R$ 173.157,42

Item	**Especificação**	**R$ Solicitado**	**R$ Sugerido**
1	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento	R$ 3.936,66	R$ 0,00
2	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento	R$ 169.220,76	R$ 0,00

Substituição do telhado da Sede do Centro Municipal de eventos

Reestabelecimento de cobertura danificada pela tempestade de granizo

Pessoas diretamente beneficiadas	Período de execução (em dias)	Valor total da meta 8
1200	60	R$ 392.266,00

8	**Item**	**Qtde.**	**Unid.**	**Período de execução (em dias)**	**Valor unitário**	**Valor total do item**
	1	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento				Serviço
		1400	M2	60	R$ 6,37	R$ 8.918,00
	2	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento				Serviço
		1400	M2	60	R$ 273,82	R$ 383.348,00

Paulo Roberto Farias Falcão **(Secretário)**	**Sugestão de atendimento** [X] Sim [ ] Não	**R$ Solicitado** R$ 392.266,00	**R$ Sugerido** R$ 392.266,00

Item	**Especificação**	**R$ Solicitado**	**R$ Sugerido**
2	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento	R$ 383.348,00	R$ 0,00
1	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento	R$ 8.918,00	R$ 0,00

QUADRO RESUMO - VALORES TOTAIS

	R$ Solicitado	**R$ Sugerido**
TOTAL DA SOLICITAÇÃO	**R$ 1.506.301,44**	**R$ 1.506.301,44**

MEMORANDO Nº. 110/2026 – S.M.A.- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Marquinho/PR, 29 de setembro 2026.

Assunto: Pedido de realização de estimativa de despesa e justificativa de preço;
De: Secretaria Municipal de Administração;
Para: Responsável pela pesquisa de preços.

Venho por meio deste, solicitar ao responsável pela realização de ampla pesquisa de mercado em processos licitatórios, a Sra. Wanessa Crystina Dos Santos Pietro, conforme o Decreto Nº 096/2021, art. 11, parágrafo único, c/c a Portaria Nº 035/2025, que realize estimativa de despesa e justificativa de preço do objeto descrito no anexo I, nos termos do art. 23 da Lei 14.133/2021 e art. 11 e seguintes do Decreto Municipal Nº 096/2021.

SÉRGIO LUIZ DAL PAI
Secretário Municipal de Administração

4

Item	Qtde.	Unid.	Período de execução (em dias)	Valor unitário	Valor total do item
1	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento				Serviço
	2140	M2	60	R$ 6,37	R$ 13.631,80
2	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento				Serviço
	2140	M2	60	R$ 273,82	R$ 585.974,80

	Sugestão de atendimento	R$ Solicitado	R$ Sugerido
Paulo Roberto Farias Falcão **(Secretário)**	[X] Sim [ ] Não	R$ 599.606,60	R$ 599.606,60

Item	Especificação	R$ Solicitado	R$ Sugerido
2	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento	R$ 585.974,80	R$ 0,00
1	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento	R$ 13.631,80	R$ 0,00

5

Substituição do telhado da Apae de Marquinho (Escola Marinalva Carniel Barbososa)

Reestabelecimento da cobertura da Apae de Marquinho, atingida pelo desastre

Pessoas diretamente beneficiadas	Período de execução (em dias)	Valor total da meta 5
40	60	R$ 110.955,24

Item	Qtde.	Unid.	Período de execução (em dias)	Valor unitário	Valor total do item
1	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento				Serviço
	396	M2	60	R$ 6,37	R$ 2.522,52
2	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento				Serviço
	396	M2	60	R$ 273,82	R$ 108.432,72

	Sugestão de atendimento	R$ Solicitado	R$ Sugerido
Paulo Roberto Farias Falcão **(Secretário)**	[X] Sim [ ] Não	R$ 110.955,24	R$ 110.955,24

Item	Especificação	R$ Solicitado	R$ Sugerido
1	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento	R$ 2.522,52	R$ 0,00
2	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento	R$ 108.432,72	R$ 0,00

Substituição do telhado da Sede do Instituto de Previdência Municipal

Restabelecimento da cobertura, danificada pela tempestade de granizo.

Pessoas diretamente beneficiadas	Período de execução (em dias)	Valor total da meta 6
50	60	R$ 39.226,60

Item	Qtde.	Unid.	Período de execução (em dias)	Valor unitário	Valor total do item
1	Remoção de telhas de fibrocimento de forma manual, sem reaproveitamento				Serviço
	140	M2	60	R$ 6,37	R$ 891,80
2	Telhamento com telha metálica termoacústica, espessura 30mm, com até 2 águas, incluso içamento				Serviço
	140	UN	60	R$ 273,82	R$ 38.334,80

PORTARIA Nº 2.247, DE 8 DE JULHO DE 2026

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 2.212, de 04 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de julho de 2023, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
MG	Franciscopolis	Vendaval - 1.3.2.1.5	31	16/06/2026	59051.047545/2026-74

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 2.248, DE 8 DE JULHO DE 2026

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 2.212, de 04 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de julho de 2023, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PR	Candói	Granizo - 1.3.2.1.3	225/2026	02/07/2026	59051.047607/2026-48
PR	Goioxim	Granizo - 1.3.2.1.3	034	01/07/2026	59051.047586/2026-61
PR	Marquinho	Granizo - 1.3.2.1.3	73/2026	02/07/2026	59051.047606/2026-01
SC	Bom Retiro	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	102/2026	02/07/2026	59051.047603/2026-60

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 2.252, DE 8 DE JULHO DE 2026

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 2.212, de 04 de julho de 2023, publicada no Diario Oficial da União, Seção 1, de 05 de julho de 2023, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Uauá	Estiagem - 1.4.1.1.0	2.052	17/06/2026	59051.047567/2026-34
BA	Valente	Estiagem - 1.4.1.1.0	111	18/06/2026	59051.047570/2026-58
CE	Madalena	Estiagem - 1.4.1.1.0	024/2026	21/05/2026	59051.047595/2026-51
MA	Gonçalves Dias	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	039/2026	02/07/2026	59051.047602/2026-15
PE	Cachoeirinha	Estiagem - 1.4.1.1.0	035	26/06/2026	59051.047557/2026-07
PE	Pombos	Estiagem - 1.4.1.1.0	38	30/06/2026	59051.047558/2026-43
PE	Riacho das Almas	Estiagem - 1.4.1.1.0	027/2026	23/06/2026	59051.047574/2026-36
PE	São Benedito do Sul	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	026/2026	27/06/2026	59051.047598/2026-95
PE	Tacaimbó	Estiagem - 1.4.1.1.0	59	19/06/2026	59051.047582/2026-82
PE	Toritama	Estiagem - 1.4.1.1.0	428	23/06/2026	59051.047585/2026-16
PE	Vertentes	Estiagem - 1.4.1.1.0	24/2026	30/06/2026	59051.047590/2026-29
RN	Caicó	Estiagem - 1.4.1.1.0	1232	30/06/2026	59051.047600/2026-26

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

RESOLUÇÃO ANA Nº 297, DE 6 DE JULHO DE 2026

Declara a revogação expressa dos atos normativos regulatórios tacitamente revogados ou cujos efeitos se exauriram no tempo.

A DIRETORA-PRESIDENTE INTERINA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 140, inciso III, do Anexo I da Resolução ANA nº 242, de 24 de fevereiro de 2025, publicada no DOU em 27 de fevereiro de 2025, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 952ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 31 de março de 2026, considerando o disposto no art. 4º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do processo nº 02501.005135/2024-21, resolve:

Art. 1º Esta Resolução declara expressamente a revogação dos atos normativos regulatórios que se encontram tacitamente revogados ou cujos efeitos se exauriram no tempo, nos termos dos incisos IX e X do art. 63 e do art. 64 do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

Art. 2º Ficam expressamente revogados os seguintes atos normativos regulatórios:

I - Resolução ANA nº 714, de 28 de setembro de 2009;
II - Resolução ANA nº 1058, de 12 de setembro de 2016;
III - Resolução ANA nº 63, de 4 de setembro de 2018;
IV - Resolução ANA nº 67, de 11 de setembro de 2018;
V - Resolução ANA nº 100, de 26 de dezembro de 2018;
VI - Resolução ANA nº 6 de 4 de fevereiro de 2019;
VII - Resolução Conjunta ANA/AESA nº 61, de 2 de setembro de 2019;
VIII - Resolução ANA nº 125, de 23 de dezembro de 2019;
IX - Resolução ANA nº 11, de 10 de março de 2020;
X - Resolução ANA nº 17, de 30 de março de 2020;
XI - Resolução ANA nº 18, de 15 de abril de 2020;
XII - Resolução ANA nº 21, de 20 de abril de 2020;
XIII - Resolução ANA nº 27, de 25 de maio de 2020;
XIV - Resolução ANA nº 34, de 20 de julho de 2020;
XV - Resolução ANA nº 39, de 14 de setembro de 2020;
XVI - Resolução Conjunta ANA/AESA nº 42, de 21 de setembro de 2020;
XVII - Resolução ANA nº 51, de 3 de dezembro de 2020;
XVIII - Resolução ANA nº 55, de 7 de dezembro de 2020;
XIX - Resolução ANA nº 59, de 31 de dezembro de 2020;
XX - Resolução ANA nº 63, de 12 de fevereiro de 2021;
XXI - Resolução ANA nº 65, de 3 de março de 2021;
XXII - Resolução ANA nº 67, de 15 de março de 2021;
XXIII - Resolução ANA nº 74, de 3 de maio de 2021;
XXIV - Resolução ANA nº 76, de 24 de maio de 2021;
XXV - Resolução ANA nº 77, de 1º de junho de 2021;
XXVI - Resolução ANA nº 80, de 14 de junho de 2021;
XXVII - Resolução ANA nº 81, de 14 de junho de 2021;
XXVIII - Resolução ANA nº 84, de 18 de junho de 2021;
XXIX - Resolução ANA nº 105, de 18 de outubro de 2021;
XXX - Resolução ANA nº 112, de 15 de dezembro de 2021;
XXXI - Resolução ANA nº 116, de 10 de fevereiro de 2022;
XXXII - Resolução ANA nº 117, 15 de fevereiro de 2022;
XXXIII - Resolução ANA nº 122, de 1º de junho de 2022;
XXXIV - Resolução ANA nº 140, de 16 de dezembro de 2022;
XXXV - Resolução ANA nº 141, de 16 de dezembro de 2022;
XXXVI - Resolução ANA nº 142, de 16 de dezembro de 2022;
XXXVII - Resolução ANA nº 145, de 7 de fevereiro de 2023;
XXXVIII - Resolução ANA nº 146, 24 de fevereiro de 2023;
XXXIX - Resolução ANA nº 148, de 17 de março de 2023;
XL - Resolução ANA nº 164, de 9 de outubro de 2023;
XLI - Resolução ANA nº 165, de 26 de outubro de 2023;
XLII - Resolução ANA nº 169, de 29 de novembro de 2023;
XLIII - Resolução ANA nº 170, de 6 de dezembro de 2023;
XLIV - Resolução ANA nº 189, de 27 de março de 2024;
XLV - Resolução ANA nº 190, de 10 de abril de 2024;
XLVI - Resolução ANA nº 195, de 13 de maio de 2024;
XLVII - Resolução ANA nº 196, de 24 de maio de 2024;
XLVIII - Resolução ANA nº 202, de 30 de julho de 2024;
XLIX - Resolução ANA nº 203, de 30 de julho de 2024;
L - Resolução ANA nº 212, de 25 de setembro de 2024,
LI - Resolução ANA nº 214, de 1º de outubro de 2024;
LII - Resolução ANA nº 223, de 29 de novembro de 2024,
LIII - Resolução ANA nº 232, de 20 de dezembro de 2024, e
LIV - Resolução ANA nº 264, de 22 de agosto de 2025.

Art. 3º Os atos e fatos ocorridos na vigência dos atos regulatórios de que trata o art. 2º permanecem por estes regidos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LARISSA OLIVEIRA RÊGO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MJSP Nº 1.226, DE 8 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública na região das Terras Indígenas Cacique Doble e Passo Grande do Rio Forquilha, no Estado do Rio Grande do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PUBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJSP nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido no Processo Administrativo nº 08452.003670/2022-95, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública na região das Terras Indígenas Cacique Doble e Passo Grande do Rio Forquilha, no Estado do Rio Grande do Sul, em apoio aos órgãos de segurança pública do Estado, nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episodico e planejado, por noventa dias.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministerio da Justica e Segurança Publica.

Art. 4º O emprego da Força Nacional de Segurança Pública de que trata esta Portaria ocorrerá em articulação com os órgãos de segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul, sob coordenação da Policia Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON CESAR LIMA E SILVA

PORTARIA MJSP Nº 1.233, DE 8 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, na Terra Indígena Pirititi, no Estado de Roraima.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PUBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido no Processo Administrativo nº 08620.010025/2022-40, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, na Terra Indígena Pirititi, no Estado de Roraima, nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episodico e planejado, por noventa dias.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º O emprego da Força Nacional de Segurança Pública de que trata esta Portaria ocorrerá em articulação com os órgãos de segurança publica do Estado de Roraima e com a Policia Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/09/2026 | Edição: 170 | Seção: 1 | Página: 64

Órgão: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

PORTARIA Nº 2.923, DE 5 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao município de Marquinho/PR, para execução de ações de Proteção e Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTO, nomeado pela Portaria n. 2.088, de 21 de junho de 2023, publicada no D.O.U, de 23 de junho de 2023, Seção 2, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e a transferência de recursos ao município de Marquinho/PR para a execução de ações de Resposta, conforme o protocolo de solicitação registrado no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD) e contido no processo SEI n.º 59052.039680/2026-36, no valor de R$ 1.506.301,44 (um milhão, quinhentos e seis mil, trezentos e um reais e quarenta e quatro centavos).

Art. 2º Os recursos financeiros serão transferidos em parcela única, a título de Transferência Legal, onerando a classificação orçamentária 06.182.2318.22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Considerando a natureza emergencial e as ações a serem implementadas, o prazo para a execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4º A utilização dos recursos transferidos, pelo ente beneficiário, está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria, devendo o ente beneficiário cumprir, nos casos de obra de restabelecimento de serviços essenciais, as disposições do Decreto n.º 7.983, de 8 de abril de 2013 e afixar em local visível a placa da obra elaborada conforme o Manual de Uso da Marca do Governo Federal - Obras, Portaria SECOM/PR n.º 31, de 28 de agosto de 2025 e a Instrução Normativa SECOM n.º 5, de 26 de fevereiro de 2024, sem prejuízo do disposto no art. 1 ° -A, §9º da Lei n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010. A placa deve ser mantida em bom estado de conservação durante todo o período de execução da obra, conforme o modelo disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional em "Assuntos", "Proteção e Defesa Civil", "Solicitação de Recursos".

Art. 5º O ente beneficiário deverá apresentar a Prestação de Contas Final no prazo de 30 dias, contado da data do término do prazo estabelecido para a execução das ações ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento do prazo, nos termos do art. 32 do Decreto n.º 11.219, de 5 de outubro de 2022.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.